

# IN\_SOLVENS: Direito da Insolvência em Portugal – Apresentação de um Projeto em Curso<sup>[\*][\*\*]</sup>

Mariana França Gouveia

*Professora Catedrática da NOVA School of Law  
Advogada*

João Pedro Pinto-Ferreira

*Professor Convidado da NOVA School of Law  
Investigador do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento  
sobre Direito e Sociedade*

Hígina Castelo

*Juíza Desembargadora  
Investigadora do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento  
sobre Direito e Sociedade*

Lua Mota Santos

*Bolsista do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento  
sobre Direito e Sociedade*

Guilherme Gomes

*Auditor de Justiça no Centro de Estudos Judiciários  
Doutorando da NOVA School of Law  
Investigador do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento  
sobre Direito e Sociedade*

Susana Santos

*Investigadora Integrada do CIES.ISCTE  
Professora Auxiliar Convidada da Escola de Sociologia e Políticas Públicas  
do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa*

[\*] O presente texto foi elaborado no âmbito de um projeto financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (referência PTDC/DIR-OUT/2939/2020).

[\*\*] O texto, por via do seu resumo expandido, foi selecionado para apresentação no Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS 2021, que decorrerá no Campus da Justiça em Lisboa, de 25 a 27 de outubro de 2021, cujo tema central é *A Administração da Justiça, o Direito e a Administração Pública e Privada: impactos, ramificações, obstáculos e inevitabilidades*.

---

**SUMÁRIO:** I. A IDEIA, O OBJETO E OS OBJETIVOS. II. METODOLOGIA. III. RAZÃO DE ORDEM. IV. ENQUADRAMENTO JURÍDICO DO PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO (PER). 1. O PER em geral, no Código da Insolvência e Recuperação de Empresas. 2. Medidas temporárias no âmbito da crise COVID-19. 3. O PER e a Diretiva em vias de transposição. V. APRESENTAÇÃO DE DADOS RECOLHIDOS ATÉ AO MOMENTO. 1. Caracterização da amostra. 2. Primeiros dados sobre o Processo Especial de Revitalização. VI. CONCLUSÕES PROVISÓRIAS.

---

## I. A IDEIA, O OBJETO E OS OBJETIVOS

O projeto “Direito da Insolvência em Portugal – Uma Análise Multidisciplinar” (IN\_SOLVENS) partiu da análise de dados estatísticos sobre a duração dos processos de insolvência e a utilização dos mecanismos de pré-insolvência em Portugal.

De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo Ministério da Justiça<sup>[1]</sup>, a duração média dos processos de insolvência até ao seu ingresso no arquivo do tribunal atingiu, em média, os 67 meses no 4.º trimestre de 2020. Uma parte muito significativa dessa duração – 64 meses – está concentrada na fase posterior à declaração de insolvência, ou seja, nas diligências que têm em vista a liquidação do património do devedor ou a elaboração de um plano de recuperação da empresa. A análise dos dados referentes a anos anteriores permite ainda constatar que a duração média dos processos de insolvência apresenta uma tendência de crescimento contínuo desde 2014, altura em que situava nos 29 meses.

Por seu turno, os dados divulgados pelo Banco Mundial permitem concluir que, em Portugal, entre o incumprimento do devedor e o pagamento (ainda que parcial) do crédito no âmbito de um processo de insolvência decorrem, em média, 3 anos. Em termos comparativos, este valor é ligeiramente superior à média europeia (que se situa nos 2,3 anos) e excede largamente aquilo que se verifica em grandes centros financeiros, como o Japão (0,6 anos), os Estados Unidos da América (1 ano) ou França (1,9 anos)<sup>[2]</sup>.

No que respeita aos processos judiciais de pré-insolvência – o processo especial de revitalização (introduzido em 2012) e o

[1] DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA, *Destaque estatístico trimestral – 4.º trimestre de 2020*, [https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Destaques/20210430\\_D87\\_Falencia-sInsolvencias\\_2020\\_T4.pdf](https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Destaques/20210430_D87_Falencia-sInsolvencias_2020_T4.pdf) (acedido em 14/09/2021).

[2] BANCO MUNDIAL, *Doing Business*, [https://www.doingbusiness.org/en/data/exploreconomies/portugal#DB\\_ri](https://www.doingbusiness.org/en/data/exploreconomies/portugal#DB_ri) (acedido em 14/09/2021).

processo especial para acordo de pagamento (aprovado em 2017) – os dados do Ministério da Justiça permitem constatar a sua utilização residual. De facto, desde a entrada em vigor do primeiro destes mecanismos – o processo especial de revitalização (PER), em maio de 2012 – até dezembro de 2020, houve perto de 14 900 processos de pré-insolvência<sup>[3]</sup>. Este número fica bastante aquém dos cerca de 144 500 processos de insolvência iniciados durante o mesmo período temporal<sup>[4]</sup>. Além disso, tem-se assistido a uma redução contínua do número de PER iniciados desde 2016: de 3142 processos entrados em 2015, passou-se para apenas 398 processos em 2020<sup>[5]</sup>.

Qualquer destes fenómenos pode conduzir a consequências negativas do ponto de vista económico, social e da administração da Justiça. Entre outros aspetos, a considerável duração dos processos de insolvência pode agravar o risco de insolvência dos credores e de produção de um “efeito dominó”, desincentivar o investimento na economia nacional, prolongar o estigma associado à situação de insolvência e protelar o acesso à Justiça dos restantes cidadãos. Por seu turno, a reduzida expressão dos processos de pré-insolvência significa que em muitos casos só haverá intervenção num momento em que o devedor já se encontra em situação de insolvência, o que é prejudicial não apenas para o próprio devedor, mas também para a economia nacional (numa perspetiva de preservação do tecido empresarial) e para os credores (numa lógica de satisfação dos respetivos créditos), entre outros.

O IN\_SOLVENS pretende estudar as questões da duração do processo de insolvência e da utilização dos mecanismos de pré-insolvência numa dupla dimensão analítica e prospetiva.

[3] DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA, *Movimento de processos nos tribunais de 1.ª instância*, <https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/>

Paginas/Movimento-de-processos-nos-tribunais-judiciais-de-1-instancia.aspx (acedido em 14/09/2021).

[4] *Idem*.

[5] *Idem*.